Edital MCT/CNPq/CT-HIDRO – Nº 040/2006

O **Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT**, por intermédio do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq**, em conformidade com a Lei n.º 9.993, de 24 de julho de 2000, e com o Decreto n.º 3.874, de 16 de julho de 2001, que regulam a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento do Setor de Recursos Hídricos, e, ainda, com o Decreto de 22 de março de 2005, que institui a Década Brasileira da Água, por intermédio do Fundo Setorial de Recursos Hídricos, doravante denominado CT-HIDRO, torna público o presente Edital e convoca os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos.

Núcleos Temáticos Contemplados

As propostas encaminhadas em resposta a este edital deverão estar inseridas em uma das áreas prioritárias discriminadas a seguir, conforme especificadas no documento Diretrizes Estratégicas do CT-HIDRO, que pode ser encontrado no endereço:

<http://www.mct.gov.br/Fontes/Fundos/Documentos/CTHidro/CTHIDRO.PDF>

1. Gerenciamento de recursos hídricos;
2. Conservação da água no meio urbano;
3. Sustentabilidade nos ambientes brasileiros;
4. Uso integrado e eficiente da água.

1. Informações Gerais

1.1. Objetivo

Os objetivos do presente edital são:

- (i) apoiar e promover a consolidação dos programas de pós-graduação, por intermédio da concessão de bolsas de Mestrado e Doutorado para linhas de pesquisa ligadas à área de recursos hídricos, aumentando o número de profissionais naquelas áreas (**Chamada 1**).
- (ii) possibilitar, por intermédio da concessão de bolsas de pós-doutorado júnior, no País, a consolidação e atualização dos conhecimentos na área de recursos hídricos. Isto será feito por meio de estágio e desenvolvimento de projetos de pesquisa junto a grupos e instituições de reconhecida excelência na área de especialização do candidato (**Chamada 2**).

1.2. Linhas de apoio/temas

- Qualidade de água em reservatórios destinados ao abastecimento de cidades, em particular na questão das cianobactérias.

- Avanços tecnológicos nos estudos e nas intervenções para a melhoria da drenagem de centros urbanos.
- Reutilização de água em atividades domésticas, agrícolas e industriais.
- Hidrologia e hidrogeologia de regiões semi-áridas.
- Modelagem matemático-ecológica de bacias hidrográficas.
- Tecnologias para a segurança de barragens.
- Cobrança, outorga e enquadramento de corpos d'água.
- Controle de espécies aquáticas invasoras.
- Desenvolvimento e integração de análises e modelos climáticos e hidrológicos.
- Gestão de água subterrânea.
- Gestão de áreas de estuário e de áreas costeiras.
- Gestão do monitoramento e da informação em recursos hídricos.
- Vazões Ecológicas.

1.3. Cronograma

Eventos	Datas
Lançamento do Edital no DOU	13/09/2006
Data limite para submissão das propostas (formulário eletrônico)	15/12/2006
Julgamento e Divulgação dos resultados	A partir de 31/01/2007
Início da contratação das propostas	A partir de 1º/03/2007

1.4. Recursos financeiros

1.4.1. O CT-Hidro disponibilizará o montante estimado de R\$ 9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil reais) para atender a concessão de bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado Júnior, sendo R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) do orçamento de 2007, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) do orçamento de 2008, R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) do orçamento de 2009 e R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) do orçamento de 2010.

1.4.2. Os valores correspondentes às bolsas terão a garantia de continuidade dentro do prazo estipulado para cada modalidade, desde que os bolsistas apresentem desempenho satisfatório na avaliação anual.

1.4.3. A liberação dos recursos fica condicionada ao efetivo repasse ao CNPq dos recursos do CT-HIDRO, alocados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

1.4.4. Ressalta-se que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros estabelecidos neste Edital serão destinados a projetos aprovados, submetidos por grupos sediados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

1.5. Apresentação e envio das propostas (Chamadas 1 e 2)

1.5.1. As propostas devem ser apresentadas sob a forma de projeto e encaminhada ao CNPq exclusivamente via Internet, por intermédio do Formulário de Propostas On-line, disponível no endereço <http://efomento.cnpq.br/efomento/>, a partir de 14 de setembro de 2006.

1.5.2. A deve ser gerada fora do Formulário de Propostas Online e anexada a este, podendo ser utilizado um dos formatos a seguir: doc, rtf, pdf, ou post script. O arquivo está limitado a 500kb (quinhentos kilobytes).

Recomenda-se evitar o uso de figuras, gráficos, etc., que comprometam a capacidade do arquivo, pois propostas que excedam o limite de 500kb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

1.5.3. As propostas devem ser transmitidas ao CNPq até às 18h (dezoito horas) do dia 15/12/2006, horário de Brasília. No entanto, o sistema eletrônico (servidor de rede) receberá propostas com tolerância de mais 24 (vinte e quatro) horas, encerrando-se, impreterivelmente, em 16/12/2006, às 18h (dezoito horas), horário de Brasília. O proponente receberá, imediatamente após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da transmissão.

1.5.4. Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio. Após o prazo final para recebimento das propostas, nenhuma outra será recebida. Assim, recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o CNPq não se responsabiliza por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos.

1.5.5. Caso a proposta seja remetida fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico. Por este motivo e, no cumprimento do disposto no art. 41, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, não haverá possibilidade da proposta ser acolhida, examinada e julgada.

1.5.6. É recomendável submeter a proposta com a maior antecedência possível à data limite estipulada para submissão, a fim de evitar o congestionamento natural do sistema eletrônico, o que pode, prejudicar o seu recebimento.

1.5.7. A(s) bolsa(s) de mestrado e doutorado deverá(ão) ser pleiteada(s) pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação, devendo o Coordenador se encarregar de encaminhá-la(s) ao CNPq.

1.5.8. As bolsas de Pós-Doutorado Júnior serão pleiteadas pelo supervisor do projeto, que será o responsável pela proposta.

1.5.9. Os orientadores e supervisores que não preencherem os requisitos exigidos pelo CNPq serão desqualificados do processo de julgamento, e as bolsas pleiteadas serão desconsideradas.

1.5.10. Cada bolsa solicitada deverá estar vinculada a um projeto de pesquisa, cujo tema deverá estar inserido nas áreas prioritárias do edital e nas linhas temáticas listadas no item 1.2.

1.5.11. A concessão da bolsa implica direitos e obrigações a serem observados pelo curso, orientador, supervisor e bolsista, previstos nas Resoluções Normativas n.º 016 e n.º 017 de 2006, que regulamentam a matéria.

Chamada 1 - Mestrado e Doutorado

1.6. Critérios de elegibilidade/Instituições elegíveis

Os requisitos e condições obrigatórios indicados a seguir são válidos para o presente Edital. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará em não enquadramento da proposta:

a) Quanto ao Curso de Pós-Graduação:

- ser credenciado pela CAPES e ter conceito igual ou superior a 3;

b) Quanto ao Orientador:

- ter currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes, até a data limite de envio da proposta;
- possuir título de doutor;
- ter comprovada experiência na execução de projetos em recursos hídricos, que será aferida através do Currículo Lattes;
- ser habilitado pelo CNPq para orientar alunos de doutorado.
- cada orientador poderá apresentar, no máximo, 3 (três) propostas de bolsas.

c) Quanto à Proposta:

- conter uma abordagem que atenda aos objetivos do presente Edital, adequada às linhas recomendadas dentro do referido tema;

d) Quanto ao Candidato, no momento da implementação da bolsa:

- estar regularmente matriculado no curso de pós-graduação beneficiário de bolsas;
- dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas e de pesquisa;
- ser selecionado e indicado pela coordenação do curso;
- não ser aposentado;
- estar em gozo de licença ou afastamento sem remuneração/salário ou, ainda, ter o contrato suspenso com a instituição empregadora;
- não receber remuneração proveniente de vínculo empregatício ou funcional, concomitante com a bolsa do CNPq, exceto:
 - quando contratado como professor substituto nas instituições públicas de ensino superior, desde que devidamente autorizado pela coordenação do curso com a anuência do orientador;
 - docentes e pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa, matriculados em cursos de pós-graduação com conceito 5, 6 ou 7 e distantes mais de 250 Km (duzentos e cinquenta quilômetros) da instituição de origem. Nestes casos, o bolsista deve comprovar o afastamento autorizado pela instituição de origem e se comprometer, por escrito, a retornar à sua instituição pelo tempo de recebimento da bolsa ou, alternativamente, ressarcir o CNPq pelo montante recebido com as correções previstas em lei. O coordenador do curso será o responsável e o depositário desses documentos.

1.7. Direitos e Obrigações

1.7.1. Do CNPq:

- pagamentos mensais de bolsas aos alunos;
- pagamento das taxas de bancada, para alunos do doutorado regular;
- pagamento de taxas escolares, para os cursos com conceito superior a 3 (três) vinculados a instituições privadas (comunitárias), sem fins lucrativos. As taxas escolares são repassadas diretamente às instituições.

1.7.2. Do aluno:

- dedicar-se integral e exclusivamente às atividades de pesquisa ou ensino/pesquisa determinados pelo curso;
- ressarcir o CNPq quanto aos recursos pagos em seu proveito, atualizados pelo valor da mensalidade vigente no mês da devolução, no caso de abandono ou desistência de própria iniciativa, sem motivo de força maior, ou pelo não cumprimento das disposições normativas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que se configurar o abandono ou desistência. Não cumprido o prazo citado, o débito será atualizado monetariamente, acrescido dos encargos legais nos termos da lei (IN 35/2000, Art. 11, III, TCU);
- devolver ao CNPq eventuais benefícios pagos indevidamente. Os valores a serem devolvidos podem ser deduzidos das mensalidades no caso de beneficiários com bolsas ativas, ou ser objeto de cobrança administrativa ou judicial;
- encaminhar ao coordenador do curso relatório técnico final e, no caso de doutorado, a prestação de contas das taxas de bancadas efetivamente recebidas durante a vigência da bolsa.

1.7.3. Duração das bolsas:

- mestrado - até 24 (vinte e quatro) meses, improrrogáveis;
- doutorado regular - até 48 (quarenta e oito) meses, improrrogáveis.

No caso de parto ocorrido durante o período da bolsa, formalmente comunicado pelo coordenador ao CNPq, a vigência da bolsa será prorrogada por até 3 (três) meses.

1.8. Concessões e Implementação

1.8.1. O CNPq adotará para concessões de quotas novas de bolsas a avaliação dos cursos feita pela CAPES e modulada por critérios próprios do CNPq.

1.8.2. As concessões serão feitas em função das disponibilidades contidas no orçamento do presente edital. As concessões não guardam relação com o número de bolsas solicitadas por parte dos cursos.

1.8.3. Segundo seus próprios critérios de mérito e desempenho, o CNPq poderá deixar de apoiar cursos cuja avaliação tenha sido desfavorável, particularmente cursos com conceito 3 e 4 das regiões Sul e Sudeste do País que permaneçam por vários anos sem progressão. Tais cursos poderão ter suas bolsas não renovadas.

1.8.4. O CNPq não concede bolsas a cursos novos, ainda não avaliados pela CAPES, exceto quando do credenciamento tenham obtido indicação igual ou superior a 5.

1.8.5 O CNPq designará, quando necessário, consultor qualificado para acompanhar o desempenho dos cursos com conceito 3 e 4 referidos no subitem 1.8.3.

1.8.6. Perante o CNPq, o Coordenador do curso será responsável pela indicação dos alunos que concorrerão às bolsas e pela emissão do Termo de Aceitação da bolsa aprovada, que será retido na secretaria do curso pelo menos por cinco anos após a emissão. O Coordenador é também responsável pelo acompanhamento, suspensão, cancelamento e substituição de bolsistas bem como por toda e qualquer comunicação entre o curso e o CNPq.

1.8.7. Não serão concedidas, neste Edital, bolsas para alunos que estejam cursando programas de Doutorado Direto (PDD) e Pós-Graduação Integrada (PGI).

1.9. Suspensão e Cancelamento

1.9.1. O CNPq e o Coordenador do curso se reservam o direito de suspender ou cancelar a bolsa de pós-graduação, a qualquer tempo, por motivo técnico ou administrativo justificado. Quando suspensa, a bolsa não pode ser destinada a outro beneficiário.

1.9.2. Quando a suspensão ocorrer para cumprimento de estágio ou para o aluno usufruir outra bolsa, como no caso da bolsa sanduíche, a contagem do tempo de vigência da bolsa corre normalmente, mesmo sem o recebimento das mensalidades.

1.10. Das Bolsas e da Substituição de Bolsistas

1.10.1. Não se aplica às bolsas concedidas por intermédio deste edital o seu retorno aos cursos de pós-graduação previsto na RN n.º 017/2006, item 4.7.6.

1.10.2. As bolsas de mestrado são concedidas aos cursos por até 24 (vinte e quatro) meses; as de doutorado por até 48 (quarenta e oito) meses. Na contagem do tempo serão contabilizadas as mensalidades recebidas de outras agências, para a mesma finalidade.

1.10.3. O coordenador terá o prazo de 3 (três) meses para utilizar bolsas disponíveis, após o que a concessão não utilizada poderá ser cancelada. Findo este prazo a bolsa não implementada tornar-se-á vacante, para fins deste Edital.

1.10.4. O coordenador poderá, sem consulta prévia ao CNPq, substituir o beneficiário de bolsas nos primeiros 6 (seis) meses da concessão das bolsas de mestrado e nos primeiros 12 (doze) meses da concessão das bolsas de doutorado.

1.10.5. As substituições de bolsistas de mestrado e doutorado serão efetivadas pelo Coordenador do curso, por via eletrônica, fazendo a indicação e a confirmação, sempre que uma bolsa torna-se, nos termos deste Edital, vacante.

1.10.6. No prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da titulação de um bolsista, o coordenador deverá enviar ao CNPq, por via eletrônica, para cithidro@cnpq.br, a declaração de defesa de tese/dissertação aprovada e o resumo da utilização da **taxa de bancada**, no caso de Doutorado (http://www.cnpq.br/prestacaocontas/roteiro_7.htm). O resumo eletrônico da tese deverá ser depositado na própria instituição e/ou no IBICT e/ou CAPES.

1.10.7. O aluno deverá conservar em seu poder, por 5 (cinco) anos, a partir da última despesa, os respectivos comprovantes de utilização da taxa de bancada, assinados pelo aluno e seu orientador.

1.10.8. A mudança de orientador dentro de um mesmo curso fica a critério do Coordenador, porém, a duração da bolsa permanece inalterada.

1.10.9. No caso de mudança de curso, a bolsa não acompanha o aluno.

1.10.10. A bolsa será concedida para a execução de um determinado projeto de pesquisa. Caso o bolsista mude de projeto, terá sua bolsa cancelada ou então o orientador poderá transferi-la para um novo aluno que possa dar continuidade ao trabalho, desde que tenha concluído os créditos e que apresente justificativa do orientador com endosso da coordenação do curso.

1.11. Benefícios

Os valores das bolsas e taxas estão definidos na Tabela de Valores de Bolsas no País (http://www.cnpq.br/normas/rn_06_026.htm#pais)

1.12. Habilitação de Orientador

1.12.1. Para orientar alunos de mestrado o credenciamento do orientador será outorgado pelo curso, que deverá exigir o cadastramento de seu currículo atualizado na Plataforma Lattes.

1.12.2. Para orientar alunos de doutorado o orientador, além de ser credenciado pelo curso, deve ser habilitado pelo CNPq.

1.12.3. Estão automaticamente habilitados como orientadores de doutorado os bolsistas de produtividade em pesquisa e desenvolvimento tecnológico do CNPq, os orientadores de cursos com conceito 5, 6 ou 7 (com ou sem bolsa de produtividade do CNPq). Cabe ao coordenador do curso manter o CNPq atualizado com relação aos orientadores credenciados pelo curso.

1.12.4. Os orientadores que não se enquadrarem nas situações previstas no item 1.12.3 deverão solicitar sua habilitação ao coordenador do curso, que a encaminhará ao CNPq via e.mail, que a apreciará.

1.12.5. É condição preliminar da solicitação de habilitação o cadastramento do currículo atualizado na Plataforma Lattes.

1.12.6. A habilitação de um orientador é válida enquanto não for explicitamente cancelada pelo CNPq.

1.13. É vedado:

- a) acumular bolsas do CNPq ou bolsas do CNPq com as de outras agências nacionais ou internacionais;
- b) efetivar qualquer benefício a quem estiver em débito, de qualquer natureza, com o CNPq, com outras agências ou instituições de fomento à pesquisa;
- c) conceder bolsa a ex-bolsista do CNPq ou de qualquer agência, que já tenha usufruído o tempo regulamentar previsto para a modalidade;
- d) transferir bolsa de mestrado e doutorado de um curso para outro, da mesma ou de outra instituição;
- e) converter bolsas de mestrado em bolsas de doutorado e vice-versa.

1.14. É permitido, em relação às bolsas de mestrado e doutorado:

- a) conceder a bolsa a estrangeiro com situação regular no País;
- b) afastamento para estágios de até 6 (seis) meses em outras instituições do País ou exterior, com manutenção da bolsa, sem ônus adicional e sem acúmulo de benefício, desde que justificado pelo orientador e aprovado pelo CNPq;
- c) afastar-se do curso na vigência de bolsa sanduíche no País ou exterior. Nesses casos a percepção das bolsas de doutorado fica temporariamente suspensa.

Chamada 2 - Pós-Doutorado Júnior

1.15. Critérios de elegibilidade/Instituições elegíveis

Os requisitos e condições obrigatórios indicados a seguir são válidos para o presente Edital. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará em não enquadramento da proposta:

a) Quanto ao supervisor:

- ser o proponente e responsável pela proposta; e
- ter reconhecida competência como pesquisador em sua área de atuação e experiência na formação de recursos humanos;
- Currículo atualizado na [Plataforma Lattes](#) .

Nota: Os bolsistas de Produtividade em Pesquisa e de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq, por definição, têm reconhecida competência científica.

b) Quanto ao candidato:

- possuir título de doutor há menos de 7 anos, quando da solicitação;
- dedicar-se integralmente às atividades programadas;
- caso tenha vínculo empregatício/funcional selecionar obrigatoriamente instituição distinta daquela onde esteja lotado e selecionar obrigatoriamente instituição distante no mínimo 150 km (cento e cinquenta quilômetros) da instituição de vínculo;
- não acumular a presente bolsa com bolsas concedidas por qualquer agência de fomento nacional;
- o supervisor não poderá ser o orientador de doutorado do candidato, devendo este selecionar Unidade/Departamento distintos daqueles onde obteve seu título de doutor;
- o candidato poderá, porém, permanecer na mesma Unidade/Departamento com o mesmo orientador de doutorado se este tiver sido desenvolvido em programa de pós-graduação com conceito 5, 6 ou 7 da CAPES;
- Currículo atualizado na [Plataforma Lattes](#).

c) Quanto à instituição de destino:

- ter grupo consolidado de pesquisadores de alta qualificação e desempenho científico e/ou tecnológico na área de atuação do candidato; e
- dispor de instalações adequadas para a execução do projeto.

d) Quanto à Proposta:

- conter uma abordagem que atenda aos objetivos do presente Edital, adequada às linhas recomendadas dentro do referido tema;

1.15.1. Duração da Bolsa:

- a) de 6 (seis) a 12 (doze) meses;
- b) prorrogação por até (12) doze meses, para bolsistas que estejam desenvolvendo estudos com orientadores em cursos com conceito 6 e 7. Os pedidos de prorrogação serão analisados e aprovados pelo Diretor da área.

1.15.2. Benefícios:

- a) Mensalidade e Taxa de bancada mensal conforme **tabela de valores de bolsas no País** (http://www.cnpq.br/normas/rn_06_026.htm#pais)
- b) Quando houver deslocamento superior a 500 km (quinhentos quilômetros), o bolsista terá direito a:
 - passagem aérea, de ida e volta;
 - auxílio-instalação correspondente ao valor de uma mensalidade, a ser pago juntamente com a primeira mensalidade.

1.15.3. Documentos indispensáveis para solicitação de prorrogação

A prorrogação deverá ser solicitada até 30 (trinta) dias antes do término de vigência da bolsa, por meio de **formulário online específico** em que constará:

- relatório das atividades de pesquisa programadas e efetivamente realizadas;
- lista de trabalhos publicados e em publicação;
- proposta para o próximo período e cronograma de execução.

1.15.4. Disposições Gerais

1.15.4.1. A soma das vigências das bolsas Recém-Doutor e Pós-Doutorado Júnior, concedidas a um mesmo bolsista, não poderá ultrapassar a duração máxima de 36 (trinta e seis) meses.

1.15.4.2. O proponente terá, no máximo, 90 (noventa) dias para implementar a bolsa a partir do início da vigência comunicada pelo CNPq. Expirado este prazo, a concessão estará automaticamente cancelada.

1.15.4.3. Devolver ao CNPq eventuais benefícios pagos indevidamente. Os valores pagos a maior serão deduzidos das mensalidades devidas, quando o devedor for bolsista em curso, caso contrário serão adotados procedimentos com vistas à cobrança administrativa ou judicial.

1.15.4.4. As concessões de bolsas no país requerem que o beneficiário possua autorização da instituição de execução do projeto para o desenvolvimento de sua proposta.

1.15.4.5. A devolução de mensalidade ou de outro benefício recebido pelo bolsista deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento. Vencido este prazo, aplicar-se-á o disposto no item 1.15.3.

1.15.4.6. O não cumprimento das disposições normativas e contratuais obriga o bolsista a ressarcir integralmente o CNPq de todas as despesas realizadas em seu proveito, corrigidas monetariamente de acordo com a correção dos débitos para com a Fazenda Nacional, acrescidas de juros de 1% (um por cento) do mês-calendário ou fração, conforme disposto na legislação federal vigente.

2. Análise e Julgamento das Propostas

A seleção das propostas submetidas ao CNPq, em atendimento a este Edital, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

análise preliminar pela área técnica do CNPq quanto ao enquadramento das propostas às condições e exigências do presente Edital;

avaliação do mérito das propostas por Comitê Temático;

aprovação pela Diretoria Executiva (DEX) do CNPq.

2.1. Etapa I – Análise pela Área Técnica do CNPq – Enquadramento

Esta etapa consistirá na análise preliminar das propostas apresentadas, a ser realizada pela área técnica do CNPq, em conjunto com técnicos indicados pelo Comitê Gestor do CT-HIDRO, quanto à sua adequação ao presente Edital, em atendimento às características obrigatórias e demais exigências deste Edital.

2.2. Etapa II – Avaliação de Mérito

2.2.1 As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa, quanto ao mérito técnico-científico, por Comitê Temático, constituído por um grupo de especialistas indicados pela Diretoria do CNPq, dentre o seu corpo de assessores científicos.

2.2.2 Durante o julgamento, nenhum membro do Comitê Temático poderá ter acesso às propostas apresentadas pela instituição à qual está vinculado.

2.2.3 A classificação dos projetos será realizada pelo Comitê Temático mediante a análise estabelecida por um sistema de pontuação.

2.2.4 Cada membro do Comitê Temático atribuirá, no caso das bolsas de mestrado e doutorado, uma nota de 1 a 5 a cada um dos itens dos seguintes critérios de julgamento.

- a) mérito da proposta, levando em conta as opiniões da consultoria ad hoc;
- b) potencial de apropriação socioeconômica de conhecimentos técnico-científicos e que demonstrem capacidade para gerar, absorver, introduzir e difundir inovações tecnológicas, aprimorar produtos e processos;

- c) produtividade do orientador quanto a publicações e número de orientados formados para o nível de bolsa solicitado (avaliação do Currículo Lattes atualizado);
- d) número atual de orientandos nos cursos de Mestrado e Doutorado;
- e) articulação com o setor produtivo e/ou parcerias com Instituições do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (comitês de bacias, agências de água, conselhos e secretarias estaduais ou municipais).

2.2.5. Cada membro do Comitê Temático atribuirá, no caso das bolsas de pós-doutorado júnior, uma nota de 1 a 5 a cada um dos itens dos seguintes critérios de julgamento.

- a) mérito da proposta;
- b) currículo lattes do candidato e avaliação da sua produtividade;
- c) instituição de origem e instituição de destino;
- d) benefício/importância da modalidade para o candidato, para a instituição e para o país
- e) adequação da proposta ao cronograma de execução

2.2.6. Será utilizado um formulário padrão para registrar o parecer do Comitê Temático de acordo com a pontuação alcançada dentro dos critérios estabelecidos.

2.2.7. Nos pareceres das propostas não recomendadas, serão registradas as justificativas sobre a não recomendação. Da mesma forma, nos pareceres das propostas recomendadas, serão registradas as justificativas para a recomendação. Esses formulários serão assinados pelos membros do Comitê Temático.

2.2.8. Ao concluir seus trabalhos, o Comitê Temático elaborará ata de reunião, que deverá ser assinada pelos seus membros. Esta conterá listagem das propostas em ordem decrescente de pontuação para fins de classificação e recomendações, se julgadas necessárias.

2.2.9. Caso algum membro do Comitê Temático faça parte de qualquer proposta o mesmo deverá ausentar-se da sala de reunião durante a análise do projeto.

2.2.10. É vedado a qualquer membro do Comitê Temático julgar projetos em que:

- haja interesse direto ou indireto;
- esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral até o terceiro grau;
- esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

2.3. Aprovação pela Diretoria Executiva (DEX) do CNPq

As propostas recomendadas pelo Comitê Temático serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva do CNPq, que emitirá a decisão final sobre as propostas aprovadas, observados os limites orçamentários deste Edital.

3. Resultado de Julgamento

3.1. A relação das propostas aprovadas com recursos financeiros do presente Edital será divulgada pelo CNPq, disponível na Internet no endereço www.cnpq.br, bem como por intermédio de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

3.2. Todos os proponentes do presente Edital tomarão conhecimento do parecer sobre sua proposta por intermédio de carta específica a ser expedida pelo CNPq, preservada a identidade dos pareceristas.

4. Dos Recursos Administrativos

Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado deste Edital, o CNPq aceitará recurso no prazo de até 05 dias (cinco) dias úteis. O recurso deverá ser dirigido à Diretoria Executiva do CNPq.

5. Da Contratação

5.1 No caso das concessões de bolsas de mestrado e doutorado, o coordenador terá três meses para utilizar bolsas disponíveis, após o que a bolsa não utilizada será cancelada, nos termos previstos na RN n.º 17/2006.

5.1.1. No caso de bolsas de pós-doutorado júnior, o proponente terá, no máximo, três meses para implementar a bolsa a partir do início da vigência comunicada pelo CNPq. Expirado este prazo, a concessão estará automaticamente cancelada, nos termos previstos na RN n.º 16/2006.

5.1.2. Nos casos de bolsas de mestrado e doutorado, a implementação das bolsas será feita após o recebimento de Carta de Concessão, que conterá instruções sobre a emissão de Termo de Aceitação, pela Coordenação do respectivo Curso de Pós-Graduação.

5.1.3. Nos casos de bolsas de pós-doutorado júnior, o candidato selecionado receberá Carta de Concessão contendo as instruções para implementação da bolsa e eventuais benefícios.

5.2. A existência de alguma inadimplência do proponente/coordenador ou do candidato à bolsa com a Administração Pública Federal Direta ou Indireta, não regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a divulgação dos resultados, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

6. Impugnação do Edital

6.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que o tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

6.2. A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Executiva do CNPq.

6.3. As regras do Edital, cujas decisões são afetas ao Comitê Gestor, serão ao mesmo encaminhadas para julgamento.

7. Revogação ou Anulação do Edital

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Executiva do CNPq, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

8. Acompanhamento e Avaliação

Estas atividades serão realizadas por meio de:

- a) cópia da dissertação ou tese (CD ROM) e do certificado de conclusão, que deverão ser encaminhados ao CNPq após a defesa, e apresentação de produtos obtidos, quando for o caso;
- b) o bolsista que eventualmente se desligar do projeto deverá apresentar relatório técnico do período em que nele atuou;
- c) o relatório final de atividades, no caso de bolsas de pós-doutorado júnior, com a respectiva prestação de contas, quando for o caso, deve ser apresentado pelo bolsista até, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término da bolsa;
- d) o encerramento do processo de bolsa, no caso de bolsas de pós-doutorado júnior, ocorrerá quando o beneficiário tiver cumprido as exigências específicas de cada modalidade e não tenha pendência financeira com o CNPq;
- e) O relatório de atividades realizadas e os resultados obtidos pelo projeto, ressalvados direitos e deveres previstos no Termo de Concessão, devem ser incluídos no cadastro de projetos CT–Hidro (<http://cadastrocthidro.ana.gov.br/cadastro.php>) disponível na página da Agência Nacional de Águas -ANA, na internet.

9. Disposições Gerais

9.1. Durante a vigência das bolsas toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por correspondência escrita.

9.2. Deverá ser solicitada ao CNPq, pelo Coordenador, qualquer alteração relativa à proposta aprovada, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada antes de sua efetivação.

9.3. Nos casos em que os resultados do projeto ou o relatório em si tenham valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-á de acordo com o estabelecido no Termo de Concessão.

9.4. O setor do CNPq responsável pelo acompanhamento do presente Edital é

**Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências da Terra e Meio Ambiente-CGCTM
CNPq/CGCTM/CT-HIDRO
SEPN Quadra 509, Bloco A, Ed. Nazir I, 3º andar, Sala 304**

CEP 70750-501

Brasília – DF

9.5. As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão de domínio público.

9.6. O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela normativa interna do CNPq.

9.7. O CNPq se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais que julgar necessários.

10. Informações Adicionais

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital poderão ser sanados pelo endereço eletrônico cthidro@cnpq.br

11. Cláusula de Reserva

A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital.

Brasília, 13 de setembro de 2006